



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

CURRÍCULO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: LUÍS GUSTAVO MAGNATA SILVA

Cargo comissionado: ASSESSOR DO GABINETE DA MINISTRA CCE 2.13

FORMAÇÃO ACADÊMICA

2012 - 2014

Mestrado em Ciências Jurídicas (Conceito CAPES 4).

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Título: Mecanismos de Defesa e Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Brasil,

Orientador: Sven Peterke.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

2003 - 2007

Graduação em direito.

Faculdade dos Guararapes, FG, Brasil.

Título: Aplicabilidade dos mecanismos constitucionais referentes as comunidades quilombolas.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Coordenador Geral na Coordenação Geral de Mediação de Conflito no Ministério da Igualdade Racial (08/03/2023 a 10/04/2025) atuando com situações de conflito que envolvam a População Quilombola, Povos de Terreiro e Povos Ciganos. Representando o Ministério da Igualdade Racial: na Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo; Conselho Deliberativo do Programa Nacional de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos; Grupo de Trabalho Sales Pimenta; Câmara Técnica de Indígenas e Populações Tradicionais do Comitê Interfederativo (CIF); Membro do Governo no Grupo de Trabalho da Repactuação de Mariana;

Consultor Jurídico independente (2022 - 2023). Assessoramento a grupos, organizações, movimentos sociais e demais instituições, sobre o sistema de justiça e acesso à justiça, defensores e defensoras de direitos humanos, segurança pública, prevenção e combate a tortura sistematização de informações processuais. Durante 06 meses assessorarei grupo de advogados do Reino Unido sobre o Sistema Prisional brasileiro.

Integrante do Grupo de Trabalho de Igualdade Racial no processo de Transição do Governo Federal em 2022

Perito no Mecanismo Nacional e Prevenção e Combate a Tortura (2015-2022). O trabalho consiste em planejar e realizar visitas regulares em locais de privação de liberdade em todo o Brasil, aos moldes do que rege o Protocolo



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Facultativo da Convenção para Prevenção a Tortura da ONU. Também é função dos peritos e peritas construir Recomendações que possam criar ferramentas sociais e mecanismos de controle, prevenção e combate à tortura, além de representar o MNPCT em espaços institucionais com os mais diversos atores. É ainda função a confecção de Notas Técnicas, Pareceres, Posicionamentos Públicos e Documentos Oficiais relacionados a temática da Prevenção e Combate à Tortura.

OUTRAS ATIVIDADES
